

# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

# **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 72**

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

*Alane Maria da Silva*

*Marilene Bizerra da Costa*

**DOI 10.22533/at.ed.6051922018**

**CAPÍTULO 9 ..... 83**

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

*Renner Coelho Messias Alves*

**DOI 10.22533/at.ed.6051922019**

**CAPÍTULO 10 ..... 94**

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

*Wellington Júnior Jorge*

*Izaque Pereira de Souza*

*Aline Evelin Fabrício Macedo*

*Ana Paula de Souza Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220110**

**CAPÍTULO 11 ..... 105**

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

*Francisco Mesquita de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220111**

**CAPÍTULO 12 ..... 117**

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

*Daniel Neto Francisco*

*Carlos Alberto Sarmento do Nascimento*

*Lucimar Ferraz de Andrade Macedo*

*Lamounier Erthal Villela*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220112**

**CAPÍTULO 13 ..... 130**

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

*Evânia Maria Oliveira Severiano*

*Maria Luiza Fernandes Bezerra*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220113**

**CAPÍTULO 14 ..... 141**

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

*Fabrício Brito do Amaral*

*Maria Fernanda Brito do Amara*

*Deusiney Robson de Araujo Farias*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220114**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>148</b>
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>160</b>
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>170</b>
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>180</b>
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>190</b>
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>200</b>
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>222</b>
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220121</b>	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>236</b>
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>247</b>
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>259</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220124</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>269</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220125</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>281</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220126</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>293</b>
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220127</b>	



<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>304</b>
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220128</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>322</b>
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220129</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>334</b>
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220130</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>346</b>
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220131</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>358</b>
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220132</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>370</b>
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220133</b>	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>381</b>
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220134</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>392</b>

## A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE

**Wesley Helker Felício Silva**

Universidade Estadual de Montes Claros – MG,  
Curso de Serviço Social

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo demonstrar que o projeto neoliberal, restaurado no Brasil para superar o lulismo, tem como resultado o aprofundamento da barbárie social. Embora compondo parte de um estudo mais sistemático acerca dos elementos internos desse fenômeno, este trabalho aponta elementos de um projeto radicalmente antissocial em curso no Brasil a partir de 2015, mas aprofundado a partir de 2016 por via de um golpe parlamentar-institucional.

**PALAVRAS-CHAVE:** lulismo; neoliberalismo; barbárie

**ABSTRACT:** This paper aims to demonstrate that the neoliberal project, restored in Brazil to overcome Lulism, has resulted in the deepening of social barbarism. Although part of a more systematic study of the internal elements of this phenomenon, this paper points to elements of a radically anti-social project underway in Brazil from 2015, but deepened from 2016 through a parliamentary-institutional coup.

**KEYWORDS:** Lullism; Neoliberalism; barbarism

### 1 | INTRODUÇÃO

Por isso cuidado meu bem,  
Há perigo na esquina.  
Eles venceram, e o sinal  
Está fechado pra nós  
Que somos jovens...

*Antônio Carlos Belchior*

De acordo com o regime de metas definido pela comunidade internacional na “Declaração do Milênio” da ONU, publicada no ano 2000, até 2015 seria o prazo limite para um conjunto de objetivos internacionais de desenvolvimento, dentre eles “criar condições propícias, a nível nacional e mundial, ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza” (ONU, 2000: 10). Porém, ao chegar em 2015, embora o *Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* deste ano afirme que os esforços para alcançar os objetivos definidos no início do século foram bem sucedidos, principalmente o combate à extrema pobreza; reconhecendo que este problema ainda persiste, a comunidade internacional se rearticulou para uma agenda de desenvolvimento para os próximos 15 anos.

Em outros termos, mesmo com o empenho orquestrado pela comunidade internacional para combater a pobreza extrema ao longo da

primeira década deste século, a necessidade de dobrar o prazo da meta, visando superá-la através de uma nova “Agenda de Desenvolvimento Pós-2015”, revela como a miséria tornou-se um problema para a reprodução social tardo-capitalista. Dito de outra forma, o aprofundamento da miséria das massas e a monumental concentração de renda e riqueza nas mãos de um pequeno punhado de famílias tornou-se a cara do capitalismo contemporâneo. Por conseguinte, a razão de ser dessa nova agenda de desenvolvimento da ONU é a manifestação da crise estrutural da acumulação de capital, engendrada pelo desenvolvimento contraditório da forma mercadoria.

Ao contrário das premissas que orientam as metas da comunidade internacional, este trabalho busca compreender a pauperização das massas através da análise da produção social da riqueza, partindo da teoria do valor-trabalho. Ou seja, a pobreza e a desigualdade de renda e riqueza são compreendidas como um fenômeno intrínseco ao próprio movimento de valorização do capital, de modo que o empenho dos organismos internacionais para sua superação tem como pano de fundo o patamar histórico de desenvolvimento das forças produtivas, responsável por tornar parte da humanidade supérflua do ponto de vista da acumulação de capital.

Por este prisma, esta proposta de estudo visa também compreender o período “áureo” do “lulismo” no Brasil, cuja principal agenda foi a redução das desigualdades de renda. De forma geral, os governos do Partido dos Trabalhadores – PT – associou a política social de renda mínima, a expansão do crédito, a política de valorização do salário mínimo, responsáveis por dinamizar o mercado interno e garantir a satisfação das camadas médias urbanas e as pertencentes à superpopulação relativa sem lugar no mercado (informais e desempregados); ao mesmo tempo em que manteve uma política econômica pautada na manutenção do superávit fiscal primário e nos juros altos, consolidando as diretrizes econômicas adotadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC.

Com isso, os governos Lula conseguiram a proeza de garantir a satisfação das oligarquias financeiras nacionais e transnacionais, ao mesmo tempo em que manteve satisfeita a base da pirâmide social brasileira; permitindo aos seus governos a aprovação de setores majoritários da sociedade brasileira, levando, por essa habilidade política, ao fenômeno do *Lulismo*<sup>1</sup>.

Por conseguinte, o lulismo conseguiu estabelecer o consenso na sociedade brasileira através do equilíbrio dos interesses da elite, ao mesmo tempo em que minimizou a opressão material das massas; tendo ocorrido a partir do início dos anos 2000, quando ganharam forças as denúncias das contradições do neoliberalismo e cresciam as propostas que visavam a “mistura certa” entre Estado e mercado. O que se defende aqui, porém, é que ao longo do mesmo período acima mencionado – no qual a “comunidade internacional” passou a se preocupar com a pobreza extrema – no Brasil houve uma bem sucedida gestão social da miséria tardo-capitalista.

Em suma, dito de outro modo, o sucesso brasileiro para gerir a barbárie,

1 Sobre o fenômeno do lulismo ver: Singer (2012); Singer e Loureiro (2016).

constitutiva da lógica interna do capitalismo tardio, passou a ser citado *urbi et orbi*, principalmente por causa da sua principal política social. Todavia, exaltada mundo afora durante a primeira década do século XXI, a bem sucedida gestão lulista da miséria tardo-capitalista começou a se colapsar a partir de 2013, abrindo caminho para o aprofundamento da barbárie neoliberal.

## 2 | O FIM DO LULISMO E O APROFUNDAMENTO DO NEOLIBERALISMO

Depois da grande crise de 1930, a crença da ortodoxia liberal no mercado autorregulado cede espaço para as ideias de John Maynard Keynes, que, ao se afastar do pensamento liberal ortodoxo, passa a defender que não existem forças responsáveis por autoajustar o mercado, sobretudo numa economia em recessão, e que por isso seria necessário a intervenção do Estado para incentivar a demanda agregada, através dos gastos públicos e geração de empregos. Nesse mesmo contexto, com base nas ideias de Henry Ford, a produção foi racionalizada, visando a redução dos custos unitários, através de uma padronização e simplificação de todos os elementos da produção, utilizando-se de uma montagem precisa, ditada por um cronômetro e sob uma esteira. No entanto, é importante destacar que o fordismo foi mais que a necessidade expansiva da produção, tendo em vista que, junto com as inovações tecnológicas e organizacionais, ele visava o consumo em massa. Por isso, ao tomar medidas, como o aumento dos salários da sua empresa, que possibilitasse aos trabalhadores o consumo dos produtos que estavam sendo produzidos em massa, o fordismo ensejou um novo sistema de reprodução da força de trabalho e, portanto, um novo modo de reprodução da vida social (HARVEY, 1994).

Todavia, a alegria expansionista responsável por aumentar o padrão de vida dos trabalhadores neste período começa a se colapsar a partir de 1967, abrindo um processo de transição que implicou na necessidade de reformulação do capitalismo a partir de 1973. Dessa forma, a rigidez que marcou o período dos “anos dourados” do capitalismo passou a ser contestada, a exemplo da rigidez dos contratos de trabalho, dos compromissos do Estado com a seguridade social e da rigidez da produção e do consumo – criando o ambiente para que o pensamento neoliberal ganhasse corações e mentes, tornando-se hegemônico ao longo das décadas seguintes.

A reestruturação produtiva que se assistiu a partir desse período, pautada na introdução de um novo padrão tecnológico, possibilitado pela revolução da microeletrônica, miniaturizada e digital, que passou a compor a base técnica da produção, levou a cabo uma produção flexível/horizontalizada/descentralizada, ao contrário da rigidez fordista, e possibilitou um avanço das forças produtivas que permitiu ao capitalismo entrar na sua fase madura. Por conseguinte, foi no contexto da crescente dificuldade de valorização, no bojo da onda longa de tonalidade estagnante, como assinalou Mandel (1982), que se colocaram os desafios para a reprodução

social do capitalismo tardio, como o crescimento da pobreza, da desigualdade social e da violência, indicando os limites lógicos e históricos da sua lógica de valorização.

Por este prisma, é importante afirmar que este trabalho parte das condições histórico-objetivas da produção do valor, visando compreender as contradições do modo capitalista de produzir e reproduzir a vida social. Diante disso, é mister notar que o valor é produzido dentro da dinâmica contraditória do capitalismo, na qual a concorrência impele os capitalistas a substituir trabalho vivo por máquinas, visando obterem uma vantagem no mercado através do barateamento dos seus produtos.

Como o valor de uma mercadoria é dado pela quantidade de trabalho abstrato incorporado na sua fabricação, quanto menos uma mercadoria contém trabalho, menos ela possui valor. Assim, o trabalho, entendido como dispêndio de energia humana, deve ser realizado de acordo com o nível de produtividade alcançado num determinado período histórico e, já que a mercadoria possui menos trabalho, tendo em vista o aumento dos custos em tecnologia, a massa de valor como um todo diminui.

Dito de outro modo, o limite interno da produção capitalista é dado pela própria relação de capital, já que na medida em que sua composição orgânica aumenta, o capital se corrói por dentro. Dessa forma, ao desenvolver-se como uma “contradição viva” (MARX, 2011), a natureza da sua valorização a todo instante é tensionada por suas barreiras imanentes, uma vez que o capital minimiza sua própria substância (o trabalho) e a criação de valor. Nesse sentido que no próprio processo de valorização estão os obstáculos que lhe são específicos, e, no seu processo de desenvolvimento, o capital busca constantemente superá-los para manter sua rentabilidade.

Até a década de 1970 esse movimento contraditório foi compensado pela expansão interna e externa da produção de mercadorias, seja rumando para outras regiões do globo ou mesmo através da reorganização da produção, visando a produção e o consumo em massa, como apontado. Mas, a partir desse período, com a chamada “terceira revolução industrial”, a força produtiva da sociedade burguesa atingiu um nível tão alto de desenvolvimento que o modo de produção capitalista passou a sobreviver graças ao capital fictício, ao mesmo tempo em que o processo de valorização do valor passou a coincidir com a depreciação do próprio capital e com o aviltamento das condições de vida do trabalhador.

Do ponto de vista do capital, mesmo após a reestruturação produtiva e a mundialização levada a cabo através das políticas de liberalização do comércio, de privatização, de desregulamentação e do desmantelamento dos direitos sociais, sua taxa de expansão não manteve a mesma dinâmica de crescimento do período do keynesianismo-fordismo. Por outro lado, do ponto de vista do trabalho, como já mencionado, o desenvolvimento das forças produtivas criou uma massa de trabalhadores supérfluos para a valorização do capital, que nenhum mecanismo foi suficiente para compensar o desemprego estrutural. Por isso, a própria dinâmica da produção de valor da sociedade burguesa criou as condições para a reprodução do homem como uma superpopulação fora da produção e cada vez mais impossibilitada

de acessar os meios para sua subsistência através do trabalho.

Para Marx (2011), são sob essas condições que os indivíduos são postos como pobres, já que as condições para a troca da sua força de trabalho é determinada por elementos externos a si mesmo. Ou seja, só no modo de produção fundado sob o capital que o pauperismo é resultado do desenvolvimento das forças produtivas, de modo que as mesmas causas que possibilitam o aumento da riqueza social são também responsáveis pela produção da miséria. Por isso, o patamar de desenvolvimento atingido pelo tardo-capitalismo acentuou a desigualdade de renda e riqueza, a tal ponto de a parcela do 1% dos mais ricos do mundo passar a deter atualmente mais riqueza que todo o resto do mundo junto, tendo sua riqueza aumentada a galope após a crise de 2008, conforme demonstrou a Oxfam (2016).

Nesse sentido que o aprofundamento da desigualdade é um reflexo da crise estrutural do capital, manifestando-se como uma face miserável e um desafio histórico do capitalismo contemporâneo. Trata-se de um fenômeno, portanto, que revela o impulso irracional do capital para sua valorização, cujo processo submete as necessidades humanas a sua racionalidade orientada pelo valor de troca – ainda que as consequências para a vida social sejam as mais devastadoras possíveis. Por isso, diante da maturidade atingida pelo capitalismo, chancelado pelas políticas neoliberais, ampliou-se a massa de trabalhadores desempregados que passou a conviver com condições escassas de sobrevivência.

Em síntese, o desemprego estrutural nega ao homem a possibilidade de entrar na relação dinâmica entre trabalho-dinheiro-consumo, impossibilitando-o de usufruir da ampliação histórica das necessidades alcançada pelo capitalismo tardio. E, como acima aludido, a pauperização das massas é um processo pertinente à própria lógica de acumulação do capital, tendo em vista que o revolucionamento constante das suas bases produtivas, visando a máxima expansão da riqueza social, tornou parte da humanidade um gasto a ser eliminado da acumulação capitalista.

Sob este ponto de vista, cabe dizer que não há neutralidade no desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, tendo em vista que, na dialética do autodesenvolvimento do valor, o progresso técnico faz com que o capital racionalize sua substância, como já afirmado. Isso significa dizer que as consequências humano-sociais do capitalismo estão inscritas na sua lógica de desenvolvimento, na qual a civilização que é própria desse processo, traz consigo sua negação, a saber, a barbárie. O patamar de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo tardio colocou, então, na ordem do dia um estado de regressão permanente à barbárie, demonstrando a colisão entre o avanço das suas forças produtivas e as relações de produção. Ou seja, ao desenvolver suas bases produtivas, diminuindo a incorporação do trabalho humano na produção, o capitalismo entra em contradição com as próprias relações de produção, produzindo civilização em excesso (MENEGAT, 2006; 2012).

Por isso, o avanço civilizatório alcançado pelo capitalismo nos quatro últimos decênios, trouxe em seu conteúdo a naturalização de parte significativa da sociedade



vivendo sem condições de realizar suas necessidades humanas básicas. O aprofundamento da concentração de riqueza e, por isso, a distância social entre os ricos e pobres, impossibilitando sua convivência pacífica, tornaram-se, portanto, um desafio da reprodução social tardo-burguesa, como consequência direta da irracionalidade do seu modo de produção.

Dessa forma, vale destacar que, se, por um lado, o desenvolvimento do capitalismo permitiu ao homem um nível maior de integração e socialização, por outro, ao lado da miséria das massas, a violência tornou-se uma condição estrutural dessa sociedade, manifestando-se como um fenômeno que se acentuou em todos os países ocidentais nas últimas décadas, conforme demonstrou Menegat (2006). Isso se deu no contexto em que a produção, o consumo e a vida social tornaram-se mais automáticos e acelerados, aprofundando o fetiche da mercadoria, junto com um individualismo que, movido pela concorrência neoliberal, criou indivíduos cada vez menos solidários e fetichizados pelo dinheiro – reproduzindo a lógica antissocial do mercado, com a mesma intensidade das forças que promovem o abismo social entre os homens.

Diante disso, ao Estado, também atingido pelas condições atuais da valorização do valor, coube a gestão social da pobreza das massas. Ou seja, a configuração política da sua ação, pelos próprios estrangulamentos da sua capacidade de financiamento, cada vez mais reduzida, em face das necessidades sociais cada vez mais amplas, colocou-o em contradição consigo mesmo, ao combinar políticas sociais focalizadas com ações repressivas – tendo em vista o encarceramento em massa e a violência letal da sua polícia, também focalizados na parcela da população mais pauperizada – inibindo, assim, as possibilidades civilizatórias da vida cotidiana dos trabalhadores, sobretudo através da restrição de recursos para as políticas sociais de caráter universal.

No seio desse processo, durante a última década, a sociedade brasileira assistiu a uma exponenciação do fetiche do consumo, permitida principalmente pela expansão do crédito, aliada à política de valorização do salário mínimo e de transferência de renda, que possibilitaram à massa da população que constitui a base da pirâmide social aumentar seu poder de compra, mesmo que ao mesmo tempo continuaram convivendo com a precarização dos serviços públicos.

Isso permitiu que lulismo criasse o mito da “nova classe média”, cujo conteúdo nada mais foi que uma grande massa de trabalhadores convivendo com suas grandes TVs nos pequenos cômodos das suas casas, com seus carros e motocicletas compradas com longuíssimas parcelas – tal como o tamanho dos engarrafamentos e da violência no trânsito das grandes cidades – ao passo que, contraditoriamente, permaneceram sujeitos à recorrente humilhação das empresas que prestam serviços públicos, às condições precárias da saúde, à educação sem grandes perspectivas, tendo em vista que, após concluírem um curso superior nas universidades cada vez mais precarizadas, passaram a ocupar postos de trabalho anteriormente exercidos por semianalfabetos.

Porém, não durou muito tempo a prosperidade dessa “nova classe média” do

lulismo. Já nos primeiros sinais de tempestade, caiu por terra aquilo que o auge do lulismo construiu em torno da rápida mobilidade permitida pelo consumo de bens e serviços, anteriormente alvos dos estratos médios da sociedade brasileira. Entre os anos de 2015 e 2017, cerca de 3,1 milhões de famílias brasileiras, ou 10 milhões de brasileiros, devem retornar a sua capacidade de consumo original. Ou seja, 94% da nova classe média retornarão as suas condições de classe originais, atestando o caráter propagandístico deste conceito lulista <sup>2</sup>.

Vale destacar que é claro que em meio à alegria do consumo permitido pelo auge do lulismo havia algo de podre no ar, que só veio à tona no “aviso de incêndio” realizado pelas manifestações de Junho de 2013. Aliás, a partir daí fortalecia-se a ruína dos anos dourados do lulismo, permitido principalmente pelo *boom* das *comodities*. Antes, porém, é importante afirmar que no contexto da eleição de Dilma Rousseff, em 2010, o Brasil começava a experimentar os efeitos da crise econômica mundial de 2008.

Seu governo deu-se, portanto, no contexto da segunda fase da crise, na qual os países credores da Europa, liderados pela Alemanha, impuseram aos países devedores a necessidade de adotar medidas de austeridade orçamentária, rebaixando as condições civilizatórias da sua população, em nome do pagamento da dívida aos grandes bancos, como se deu, por exemplo, na Grécia, Espanha, Portugal e Irlanda. Como resultado dessas medidas, em 2014 a região tinha ainda um produto menor que o de 2008, e a contração da economia mundial fez com que o crescimento mundial diminuísse de 4,1%, em média ao ano, entre 2000 e 2008, para 2,9% de 2009 para 2014. Essa contração acabou contaminando também a China, principal parceiro comercial do Brasil, que diminuiu sua taxa de expansão de dois dígitos, entre 2001 e 2007, para cerca de 7,5% ao ano, levando-a, em 2012, a decidir voltar-se para o mercado interno (SINGER, 2015).

A reação brasileira diante deste cenário foram as medidas tomadas pelo governo Dilma, visando dar continuidade e aprofundar a gestão lulista da miséria, ainda que com uma política macroeconômica divergente da do seu predecessor, entrando em conflito com o capital financeiro. Sendo assim, Dilma adotou medidas anticíclicas para manter o crescimento, a exemplo da política de redução da taxa de juros, que caiu de 12,5% para 7,25% ao ano, entre agosto de 2011 e abril de 2013; do controle da inflação através da administração de preços-chave, como o preço da gasolina; da redução dos custos da energia elétrica e da desvalorização da moeda nacional; somada à manutenção da política de expansão do crédito, de valorização do salário mínimo e dos programas de transferência de renda.

Todavia, com um cenário externo desfavorável, sobretudo em virtude da desaceleração da economia chinesa, ao invés do crescimento almejado, a economia brasileira desacelerou de um crescimento medíocre de 2,75% em 2011, para 1%

---

2 Cf. Chiara, M. D.; Papp, A. C. “Recessão devolve 3,3 milhões de famílias à classe D/E”. **Estadão**, 01/11/2015. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1723419-recessao-devolve-33-milhoes-de-familias-a-classe-de>. Acesso 02/11/2015.



em 2012; e já em abril do ano de 2013, pressionado pelo aumento da inflação, que ultrapassava 6%, o Banco Central aumentou a taxa de juros, minando a matriz econômica ensaiada pelo primeiro governo Dilma.

Iniciava-se, então, um tempo sombrio para o lulismo, de tal modo que em 2014 a economia cresceu 0,1%, ficando praticamente estagnada, e fortalecia-se a pressão para medidas que aprofundasse o neoliberalismo, ao passo que após as manifestações de junho de 2013, acelerou o desgaste político dos governos do Partido dos Trabalhadores – PT. Isso pode ser observado através de uma adesão cada vez mais evidente às ideias liberais – como ocorreu com setores expressivos da população brasileira, inclusive dos trabalhadores pertencentes à “nova classe média” – ao mesmo tempo em que, diga-se de passagem: as peias para a bestialização das relações sociais parecem ter sido destravadas, expressando-se num antipetismo carregado de um profundo ódio de classe e do velho anticomunismo. Por conseguinte, a combinação explosiva entre a crise econômica e a crise política catapultou o colapso do lulismo e, com ele, a gestão social da miséria que se assistiu no Brasil.

Diante disso, depois de uma vitória eleitoral apertada em 2014, no primeiro ano do segundo governo Dilma inicia-se no Brasil *o caminho seguro ao fim de gestão da barbárie*. Antes mesmo de assumir o governo, ao contrário do discurso da sua campanha eleitoral, principalmente no segundo turno, Dilma abraçou fortemente a agenda neoliberal, defendendo um ajuste fiscal para realizar *superávits* primários. Seguindo, portanto, o caminho da austeridade, nomeou para Ministro da Fazenda Joaquim Levy – seguidor das orientações neoliberais da Escola de Chicago, e que até o momento era diretor de ativos do segundo maior banco privado do país, o Banco Bradesco – incumbindo-o de colocar ordem nas contas públicas, conter a inflação e restaurar a confiança do capital financeiro. Nesse sentido, como demonstrou Anderson (2016), rapidamente a taxa de juros foi aumentada pelo Banco Central para 14,25%, de modo que a premissa fundamental era cortar gastos sociais, reduzir os créditos dos bancos públicos, leiloar propriedades do Estado e aumentar taxas para garantir o *superávit* primário.

Essas medidas, no entanto, aprofundaram a recessão econômica no país, com queda nos investimentos, nos salários e aumento do desemprego, jogando pelos ares as locomotivas que puxavam o lulismo – já que a principal estratégia do PT foi a expansão da demanda interna através do aumento do poder de compra das massas, não apenas com a política de valorização do salário mínimo e com a política de transferência de renda, mas também com uma grande expansão de crédito aos consumidores. Ou seja, junto com o fim da bonança do comércio exterior, promovido pelo fim do superciclo das *commodities*, a alegria do consumo permitido pelo lulismo entrava em exaustão.

Conforme dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o desemprego veio sucessivamente aumentando no país, de tal modo que já no

trimestre encerrado em agosto de 2015, a taxa de desemprego foi estimada em 8,7%, superando em 1,8 pontos percentuais a taxa do mesmo trimestre do ano anterior (junho a agosto de 2014). O que correspondeu a um aumento de 29,6%, somando 2 milhões de pessoas a mais desempregadas, e totalizando 8,8 milhões de pessoas nessa situação, em agosto de 2015. Em junho de 2016 essa população desempregada já alcançava 11,6 milhões de pessoas, subindo 38,7% em relação ao mesmo período do ano passado, e a massa de rendimento real habitualmente recebida caiu 4,9% em relação ao mesmo período de 2015 (IBGE, 2015; 2016).

Com uma retração no poder de compra do trabalhador brasileiro, afetando principalmente os trabalhadores menos qualificados e os mais jovens de 18 a 24 anos, que em 2015 já alcançava uma taxa de desemprego de 18%, o cenário brasileiro de gestão social da barbárie começava a se alterar. Vale destacar, ainda, que junto a esse processo aglutina-se o aprofundamento do fundamentalismo religioso e o de mercado, ambos expressando alternativas conservadoras, quando não reacionárias, para as saídas da crise que se instaurou no Brasil. Fenômeno bastante evidente, aliás, na composição do Congresso Nacional eleito em Outubro de 2014<sup>3</sup>.

Sendo assim, a gestão social da miséria promovida pelo lulismo tem seu ponto de saturação a partir de 2015. Ou seja, se em 2014 os dados apontavam para uma estabilização da tendência de queda da desigualdade de renda no Brasil como demonstrou a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL (2013)<sup>4</sup>,

3 Conforme a *Radiografia do novo Congresso: Legislatura 2015-2019* publicada pelo Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar – DIAP (2015), o Congresso eleito em 2014 é liberal economicamente, conservador socialmente, atrasado do ponto de vista dos direitos humanos e temerário em questões ambientais. Do ponto de vista econômico, houve uma mudança na ordem de 60 parlamentares dos partidos que defendiam uma maior intervenção do Estado na economia, para partidos e parlamentares de perfil mais liberal que professam a perfeição do mercado e, por isso, defendem que não cabe ao Estado atuar na atividade econômica; do ponto de vista social, houve uma redução da bancada sindical e aumento da bancada empresarial e um cem número de parlamentares contrários às políticas sociais do PT, como as políticas afirmativas de cotas e o Programa Bolsa Família; do ponto de vista dos direitos humanos além da não eleição de políticos que se destacavam pela defesa dos direitos humanos, foi eleito um número significativo de parlamentares integrantes das bancadas religiosas, especialmente a evangélica, a de segurança, policial ou da bala, com pautas comuns como o combate à união homoafetiva, à discriminação do aborto e da maconha, a defesa da redução da maioria penal, do fim das penas alternativas em substituição à cadeia, como exemplos; do ponto de vista do meio ambiente, reduziu o número de parlamentares ambientalistas e, por outro lado, aumentou a bancada ruralista, com presença forte do agronegócio com pautas como a defesa do uso de agrotóxicos, favoráveis ao desmatamento, ao aumento das pastagens, contrários à Reforma Agrária etc. Por fim, o Congresso eleito em 2014 tem sua maioria parlamentar composta por empresários que formam sua maior bancada, principalmente proprietários de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço ou do segmento rural, cujas pautas de defesa vão desde a redução da carga tributária ao combate à legislação trabalhista, a exemplo da votação e aprovação na Câmara dos Deputados, em Abril de 2015, do PL 4330/2004, que visa retirar qualquer entrave jurídico à terceirização. Do lado da bancada evangélica, embora não se tenha confirmado a expectativa do seu crescimento de 30%, visto que nas últimas eleições ela apresentava um crescimento médio de 20%, houve um aumento expressivo de lideranças religiosas que foram eleitas, bem como os campeões de votos em seus estados, a exemplo do Pastor reeleito Marcos Feliciano, do Partido Social Cristão – PSC, que foi o terceiro deputado mais bem votado da bancada de São Paulo e, pelo Rio de Janeiro, Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, e Clarissa Garotinho, do Partido da República – PR. Normalmente as pautas de defesa que unem a bancada evangélica referem-se a questões ligadas aos costumes e à moral cristã.

4 Conforme dados publicados no *Panorama social de América Latina* que apontam uma tendência de queda no ritmo de redução das desigualdades de renda que veio ocorrendo na América Latina durante a primeira década dos anos 2000.

em 2015 esse quadro é aprofundado pelo estancamento da redução das desigualdades de renda, que passou a apontar uma tendência de crescimento.

Em outros termos, diante do cenário desfavorável de baixo crescimento econômico mundial, como o baixo crescimento das economias desenvolvidas, a desaceleração das economias emergentes, sobretudo a China, que se tornou o principal sócio comercial de vários países da região, implicando no fim do superciclo dos produtos básicos e debilitando a demanda agregada externa desses países; somado à maior pressão inflacionária e diminuição da capacidade de geração e formalização do emprego, depois de a redução da pobreza e da indigência começar a estagnar desde 2012, seus índices começaram a mostrar uma leve tendência de alta a partir de 2014, com 167 milhões de latino-americanos (28% da população) em situação de pobreza e cerca de 71 milhões de pessoas (12% do total) em condições de indigência. Aumentando, então, em dois milhões o número de pessoas em ambas as situações, se comparado ao ano anterior (CEPAL, 2015).

Por conseguinte, o fim do período áureo do lulismo tem como fundo constitutivo o aprofundamento dos efeitos da crise do capital na periferia do sistema, tendo em vista que a agonia da queda da sua capacidade de valorização elevou os desafios postos pela sua reprodução social, como a administração da miséria e da sua própria crise. Nesse sentido, no seio desse processo no qual se deu o esgotamento do lulismo, abriu-se um período sombrio para os trabalhadores, revelando a relação entre o aprofundamento da crise e a barbárie.

### 3 | INFERÊNCIAS CONCLUSIVAS

De forma geral, este trabalho buscou apontar a gestão social da miséria no Brasil e sua relação com a crise estrutural do capital, a partir da dificuldade de produção de valor no capitalismo tardio e os desafios colocados para sua reprodução social. Ou seja, buscou enfatizar as estratégias utilizadas pelo lulismo para administrar a crise e a miséria contemporânea do capital, demonstrando, ao mesmo tempo, o seu colapso, responsável por abrir no período histórico atual um desafio teórico e político para a esquerda brasileira, que vai além do “democrático e popular”, bem como da sua variante macroeconômica denominada de neodesenvolvimentista.

Por conseguinte, tendo em vista os desdobramentos da crise contemporânea e as alternativas a ela adotadas, compreende-se que a rearticulação em torno do programa neoliberal tende a aprofundar a miséria das massas, além de inibir a capacidade de legitimação social do Estado; uma vez que tende a exponenciar seus limites para gerir este fenômeno através de políticas sociais mais amplas e democráticas; potencializando, por isso, uma gestão armada da vida social através do uso da sua força policial. Em suma, como outrora afirmara Kurz (1997, p. 197) o impulso neoliberal, com seus louvores às leis do mercado, “soltou as peias de todos os demônios do

barbarismo moderno”, por isso o esgotamento do arranjo lulista no contexto dos efeitos da crise desse início de século expulsou de cena a gestão liberando o caminho para a barbárie, como também afirmou Arantes (2015).

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo Eduardo (2015). **A fórmula mágica da paz social se esgotou.**

Disponível em: [http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10949%3Amanchete150715&catid=34%3Amanchete](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10949%3Amanchete150715&catid=34%3Amanchete). Acesso 16/07/2015.

CEPAL. **Desarrollo social inclusivo: Una nueva generación de políticas para superar la pobreza y reducir la desigualdad em América Latina y el Caribe.** Santiago. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, 2015. Disponível em: <http://www.cepal.org/es/node/34596>. Acesso 05/11/2015.

\_\_\_\_\_. **Panorama Social da América Latina 2013.** Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, 2013. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/7/51767/P51767.xml&xsl=/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl> acesso 15/05/2014.

CHIARA, M. D.; PAPP, A. C. “Recessão devolve 3,3 milhões de famílias à classe D/E”. **Estadão, 01/11/2015.** Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1723419-recessao-devolve-33-milhoes-de-familias-a-classe-de>. Acesso 02/11/2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR – DIAP. **Radiografia no Novo Congresso – Legislatura 2015-2019.** Brasília, DF: DIAP, 2015.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Agosto de 2015.** Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Mensal/Comentarios/pnadc\\_201508\\_comentarios.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Comentarios/pnadc_201508_comentarios.pdf). Acesso 29/10/2015

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Junho de 2016.** Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3223&busca=1&t=pnad-continua-taxa-desocupacao-11-3-trimestre-encerrado-junho-2016>. Acesso 06/08/2016.

KURZ, Robert. (2010). **Os últimos combates.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Coleção Os Economistas. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, L.III, t.1.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse.** Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MENEGAT, Marildo. **Estudo sobre ruínas.** Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

\_\_\_\_\_. **O olho da barbárie.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ONU. **Declaração do Milênio.** Cimeira do Milênio. Nova York: Setembro de 2000.

OXFAM INTERNACIONAL (2016). Uma economia para o 1%. **Documento informativo da Oxfam 210**. 18 de Janeiro de 2016. Disponível em: [http://www.oxfam.org.br/publicacoes/sumario\\_executivo](http://www.oxfam.org.br/publicacoes/sumario_executivo) Acesso 21/05/2016.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). In: **Novos Estudos**. N. 102, julho de 2015. Disponível em: [novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content\\_1604/file\\_1604.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1604/file_1604.pdf). Acesso: 05/07/2016

\_\_\_\_\_. LOUREIRO, Isabel. As contradições do lulismo – a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-060-5

